

PARA UMA ANÁLISE COMPARADA DAS PROFISSÕES

A institucionalização do discurso e do conhecimento formais (*)

Eliot Freidson

Um problema central para o refinamento da teoria e da prática nas ciências sociais consiste em relacionar conceitos amplos e abstratos com instituições humanas empíricas. Intuitivamente, esses conceitos nos atraem e, talvez porque sejam amplos e abstratos, nós os utilizamos para explicar muitas coisas. Mas, se não podem ser sistematicamente relacionados com instituições concretas, nos arriscamos ao idealismo filosófico, ou a tomar a retórica pela análise. Esses riscos são especialmente fortes quando se analisa o papel do conhecimento e das idéias na vida social, um empreendimento central para o entusiasmo contemporâneo por conceitos como “discurso” e “disciplina” (Foucault), “campo” e “capital cultural” (Bourdieu) e pela análise da “cultura”. Esses conceitos se referem a conhecimentos, idéias e práticas que são efetivamente o assunto da vida humana, mas são todos substantivamente indiferenciados. Enquanto conceitos, não contêm qualquer indício dos modos como devem se tornar parte de áreas específicas da vida humana.

Sem responder a uma série de questões, não podemos utilizar analiticamente esses conceitos tentadores. De que maneira discurso, conhecimento, disciplina e campo se tornam suficientemente diferenciados e organizados a ponto de se transformarem em instituições distintas e influentes? De que modo podem exercer poder? De que forma seus criadores e elaboradores mobilizam recursos econômicos, políticos e sociais para sustentar seus empreendimentos? Quais são as instituições que selecionam e habilitam elementos particulares da “cultura”, a ponto de torná-los “capital” cultural (e humano)? Sugiro que o conceito sociológico convencional de profissão nos fornece um meio prático de responder a tais questões. Ele liga corpos de conhecimento, discurso, disciplinas e campos aos meios sociais, econômicos e políticos por meio dos quais seus expoentes humanos podem ganhar poder e exercê-lo.

Neste texto pretendo propor um quadro de referência sistemático, derivado do estudo das profissões, que relaciona conhecimento e discurso formais a instituições humanas. A criação, a exposição e a aplicação de corpos de conhecimento são vistas como um empreendimento de ocupações que lutam por controlar seu trabalho. O profissionalismo é definido por meio das circunstâncias típico-ideais que fornecem aos trabalhadores munidos de conhecimento os recursos através dos quais eles podem controlar seu próprio trabalho, tornando-se, desse modo, aptos a criar e a aplicar aos assuntos humanos o discurso, a disciplina ou o campo particular sobre os quais têm jurisdição.

O estudo das profissões

O estudo das profissões nunca foi um campo importante em qualquer das ciências sociais. Com efeito, até há pouco, os estudiosos europeus o consideravam um vício peculiarmente anglo-saxão. Mas isso tem mudado. Nos últimos dez anos, mais ou menos, historiadores de uma série de nações têm elaborado histórias de uma variedade de profissões não apenas de profissões liberais reconhecidas convencionalmente, como advogados, médicos e engenheiros, como também de estudiosos e cientistas de disciplinas praticadas inteiramente no âmbito da universidade. Cientistas políticos e sociólogos têm efetuado estudos comparativos no seu próprio país e em outros países. Até mesmo os economistas têm demonstrado interesse. Uma grande quantidade de material já foi coletada e cada vez mais se torna disponível, de um ano para outro.

Esse recente aumento de interesse pelas profissões pode ser explicado em termos práticos pelo fato de as profissões e os profissionais terem se tornado tão numerosos e importantes, nos países industriais avançados, que não podem mais ser ignorados. Houve um constante aumento nas ocupações de formação universitária, que ganharam posições privilegiadas tanto no serviço público civil como no mercado privado, o mesmo ocorrendo quanto à proporção de profissionais na força de trabalho como um todo. Não obstante, devido à falta de qualquer consenso sobre as ocupações que deveriam ser estudadas e sobre o tipo de informação que deveria ser coletado a seu respeito, a maioria dos estudos é apenas toscamente comparável, mesmo quando eles examinam a mesma ocupação.

Às dificuldades específicas do campo se soma a ausência de um quadro de referência teórico, que possa extrair sentido imediato das profissões e relacionar seu estudo a campos sociológicos mais amplos. A nova teoria de classe foi certamente uma tentativa nesse sentido, mas, como mostra a recente e ampla análise de Brint (1994) dos dados disponíveis, no que tange aos Estados Unidos, pelo menos, o conceito de classe é muito tosco para conseguir enfrentar a variedade de profissões e suas localizações diversas na economia política. Creio que o conceito central deve ser o de *ocupação*, e não o de classe, e que ele precisa ser vinculado à sociologia do trabalho e à sociologia do conhecimento.

No livro em que atualmente trabalho, tenho tentado criar uma teoria do profissionalismo que é ao mesmo tempo

um guia sistemático para o tipo de informação que deve ser coletada por todos os estudos e uma demonstração de como extrair sentido daí. Desenvolvo um tipo ideal que denomino profissionalismo e, a partir dele, analiso os órgãos e os recursos exigidos para que ele se estabeleça. Trato o tipo ideal como um conjunto *constante* de características e os órgãos e recursos como *variáveis* que interagem. Talvez mais importante que isso seja meu esforço de fundamentar a teoria tanto na sociologia do trabalho como na do conhecimento. Aqui, posso apenas esboçar tal teoria, começando por temas básicos relacionados com o trabalho e a especialização, para então discutir as instituições econômicas e educacionais do profissionalismo e, finalmente, sua interação com os recursos políticos, econômicos e culturais capazes de prover ou restringir seu poder. De tal modo, tento sugerir as circunstâncias institucionais em que corpos de conhecimento, disciplinas, campos discursivos e coisas do gênero podem nascer, crescer e ser empregados para interpretar e ordenar os assuntos humanos.

Um tipo de trabalho reconhecido oficialmente

Qualquer que seja a forma de definir “profissão” ela é, antes de tudo e principalmente, um tipo específico de trabalho especializado. Mas, que tipo de trabalho? Qual o seu lugar no *universo* do trabalho? Obviamente, uma grande parcela de trabalho é efetuada em casa e na comunidade, mas boa parte dele não é reconhecida como trabalho: algumas vezes, porque não é formalmente recompensada; outras, porque não se realiza em tempo integral. Outros tipos de trabalho são pagos e realizados em tempo integral, mas informalmente, à margem da economia oficial. O restante desse amplo universo de trabalho é composto de ocupações e ofícios desempenhados na economia reconhecida oficialmente. É aí que encontramos as profissões, listadas como um tipo especial de ocupação nas modernas classificações oficiais. Contudo, nenhuma teorização sobre profissões (sem falar de outros tipos de trabalho) pode tratar do trabalho reconhecido oficialmente sem considerar também aquele não reconhecido, na economia informal, no mínimo porque muitas profissões tiveram suas origens na economia informal e só depois se tornaram reconhecidas oficialmente (ver Levine, 1986).

Um tipo de especialização

As profissões, enquanto ocupações reconhecidas oficialmente, se distinguem em virtude de sua posição relativamente elevada nas classificações da força de trabalho. Em parte isso se deve às aspirações ou origens de classe de seus membros, mas ainda mais importante é o tipo de conhecimento e de habilidade vistos como requisitos para seu trabalho. Como qualquer ofício e ocupação, uma profissão é uma especialização: um conjunto de tarefas desempenhadas por membros da mesma ocupação, ou donos do mesmo ofício. Mas é bom lembrar que a especialização é intrinsecamente relativa. Ainda que se possa pensar, digamos, em uma fazenda de subsistência no Canadá, ou em Robinson Crusóe em uma ilha tropical, como não-especializados, pois desempenham todas as diferentes tarefas exigidas para a subsistência, as tarefas indispensáveis em um ambiente são diferentes das que se exige em outro. São, portanto, especializadas.

Um conjunto de tarefas - por exemplo, dirigir um automóvel - pode ser uma atividade especializada em uma sociedade, sem sê-lo necessariamente em outra. Isso significa que a concepção social de uma série de tarefas, ou de um trabalho, é tão importante para sua classificação como seu conteúdo. Embora seja, logicamente, especializado, o amplo conjunto de tarefas que qualquer membro normal de uma sociedade industrial pode executar, sem instrução ou preparo suplementar, é considerado como não-especializado, pois se baseia apenas no conhecimento e na perícia cotidianos que crianças e jovens aprendem em casa, na comunidade, e em qualquer escola que freqüentem durante sua preparação para a idade adulta. Assim, em inglês, se destina a ele em geral a denominação de “não-qualificado”, ainda que qualificações bastante distintas possam ser exigidas para seu desempenho satisfatório. A atividade que requer prática e um rápido treinamento no próprio local de trabalho é chamada “semiquificada”. A que requer treinamento prolongado é chamada “qualificada”, categoria à qual se adaptam tanto o trabalho profissional como o de ofício (*craft work*). (1)

O trabalho qualificado se distingue do não-qualificado por um critério adicional - o grau em que essas atividades são simples e repetitivas, ou variam de um ofício para outro. Aquilo que Karl Marx chamou “divisão de trabalho parcelar”, um número relativamente pequeno de ações simples, repetitivas e invariáveis, representa o que decidi chamar especialização mecânica. No outro extremo fica o trabalho especializado que não pode ser desempenhado mecanicamente, pois as contingências de uma tarefa em particular variam tanto, em relação a outras, que o trabalhador precisa ter considerável discernimento para adaptar seu conhecimento e sua qualificação a cada circunstância, a fim de trabalhar com sucesso. (2) Optei por chamá-lo *especialização criteriosa*. Embora o trabalho de profissões e ofícios seja visto como de caráter criterioso, um se distingue do outro pelo tipo de conhecimento e qualificação que emprega no exercício do julgamento. A antiga distinção entre trabalho manual e mental capta essas diferenças apenas tosca e imprecisamente. Elas são mais bem descritas como aquelas especializações criteriosas baseadas primordialmente na experiência e no treinamento prático extensivos e que empregam conhecimentos sobretudo práticos, e aquelas que se baseiam na formação em conceitos e teorias abstratas. O trabalho das profissões se distingue do trabalho dos ofícios por ser uma *especialização criteriosa teoricamente fundamentada*.

Determinação da própria divisão de trabalho pelas ocupações (3)

Na medida em que pensamos o trabalho como especialização, somos obrigados a pensá-lo como *relação*. As especializações na fabricação de alfinetes descritas por Adam Smith só são capazes de produzir alfinetes porque se organizam juntamente com outras, que fazem parte de um processo mais amplo de produção. Um tipo particular de trabalho se relaciona funcionalmente com outros em uma organização social de especializações relacionadas, mas diferentes. No entanto, não existe uma forma única e inevitável pela qual as especializações destinadas a cumprir algum fim produtivo devam ser constituídas e organizadas. Minha tese é que o profissionalismo representa um método logicamente distinto de organizar uma divisão do trabalho. Ele expressa uma circunstância em que as ocupações negociam limites jurisdicionais entre si, estabelecem e controlam sua própria divisão do trabalho. O método *ocupacional* de controle do trabalho pode ser confrontado com dois outros métodos mais freqüentemente discutidos: por um lado, o controle da seleção e da organização dos trabalhadores pelas escolhas dos consumidores individuais no livre-mercado; por outro, o controle efetado por uma administração monocrática e racional-legal.

A utilização de um desses três métodos particulares para constituir e organizar uma divisão do trabalho em qualquer exemplo histórico específico é determinada pelo exercício do poder político e econômico; e cada um deles traz conseqüências diferentes. Sugiro que o número relativo de diferentes ocupações e empregos, o grau de hierarquia e a estabilidade ou persistência das especializações variam sistematicamente ao longo do tempo. Quando as ocupações controlam a divisão do trabalho, haverá comparativamente um número menor de ocupações diferentes e uma hierarquia mais rarefeita em sua ordenação. Além disso, elas serão relativamente estáveis ao longo do tempo, de modo que os trabalhadores tendam a ter uma carreira ocupacional a longo prazo e uma identidade pessoal e pública distinta.

Controle dos próprios mercados de trabalho pelas ocupações (4)

Sem alguma garantia de uma relação de troca por meio da qual os trabalhadores possam ganhar seu sustento, certamente não poderia existir uma divisão do trabalho (e, com efeito, o próprio trabalho). O controle ocupacional de uma divisão do trabalho requer também o controle de seu mercado de trabalho. Em um mercado de trabalho ocupacionalmente controlado, não se permite que os consumidores individuais empreguem quem eles queiram: apenas podem escolher entre os membros adequadamente autorizados da ocupação, que detêm jurisdição sobre as tarefas que pretendem ver executadas. De modo parecido, em tal mercado, os gerentes das empresas não são livres para criar e ordenar as funções em sua organização: ao contrário, devem projetá-las em torno das séries particulares de tarefas desempenhadas pelas ocupações, podendo contratar apenas membros autorizados dessas ocupações para desempenhá-las. Um mercado de trabalho ocupacionalmente controlado coloca barreiras efetivas à capacidade de executivos, gerentes de pessoal, especialistas em eficiência e outros cargos de organização racionalizarem as tarefas conforme seu desejo, bem como à liberdade dos consumidores individuais de empregar quem eles quiserem. Reserva também aos membros da ocupação o direito de supervisionar e avaliar o trabalho, que estratificaria a ocupação entre aqueles que são gerentes e supervisores e os que desempenham o labor produtivo básico.

O controle ocupacional do próprio mercado de trabalho é complementado pelo uso do que Max Weber chamava “encerramento social” e que prefiro denominar “reserva de mercado de trabalho”. A reserva é assegurada pela exigência de que somente aqueles com *credencial* ocupacionalmente emitida, certificando sua competência, possam ser empregados para executar uma série definida de tarefas, como cortar um corpo, ensinar a estudantes universitários, representar um cliente num tribunal e certificar a exatidão de uma declaração formal de ativos e passivos financeiros. Constitui, para empregar o termo do economista Spence (1974), uma “senha para o mercado de trabalho”: garante que um candidato ao emprego foi aceito como membro de uma ocupação fechada e pode ser contratado ou consultado em tal condição.

Ensino profissional

A credencial para o mercado de trabalho típica do profissionalismo coloca em primeiro plano a importância estratégica do treinamento vocacional para aquilo que é teoricamente distinto no trabalho profissional. O treinamento vocacional é de fato a chave tanto para o controle ocupacional do próprio lugar em uma divisão do trabalho, como do próprio status no mercado de trabalho. Além disso, é a chave para distinguir as formas de controle ocupacional de profissões e ofícios.

O método de controle do treinamento vocacional *pelo* ofício tem lugar tipicamente *dentro* do mercado de trabalho. É realizado na forma de treinamento no próprio trabalho, nos locais rotineiros onde trabalham os membros do ofício. Em contraste, o treinamento *profissional* ocorre, fora do mercado de trabalho, em salas de aula e, às vezes, em instalações para a prática, que são segregadas dos locais rotineiros de trabalho. Em ambos os casos, apenas membros de uma ocupação podem servir como professores; mas, no caso do modelo de ofício, o ensino é uma atividade complementar de trabalhadores selecionados, enquanto no caso do modelo profissional típico, o ensino é em si uma atividade de tempo integral.

A diferença entre esses dois padrões, tanto nas instalações para o treinamento como na condição dos instrutores, contribui para importantes diferenças no conteúdo do treinamento e na natureza da credencial que a reflete. Na medida em que o ensino é realizado em uma sala de aula isolada das demandas práticas de instalações de trabalho específicas, seu conteúdo e escopo podem ser abrangentes e sistemáticos, podendo compreender considerável material discursivo, inclusive conceitos e teorias abstratas. Além disso, uma vez que os alunos são treinados em fornadas nas escolas de profissões, e seus instrutores são em número limitado, é mais fácil afirmar que a credencial alcançada com a conclusão bem-sucedida de sua instrução representa o aprendizado do mesmo corpo de conhecimentos e qualificações. Por outro lado, no sistema de treinamento de ofício, feito no local e no mercado de trabalho, os instrutores ou mestres podem variar grandemente em suas qualificações específicas, na capacidade de comunicá-las e em sua responsabilidade ao tentar ensiná-las, de modo que o conteúdo do treinamento pode diferir consideravelmente nos diversos tipos de trabalho, com instrutores distintos. Em conseqüência, a confiabilidade da credencial do ofício está mais sujeita a questionamentos.

A diferença no modo pelo qual o treinamento é institucionalizado nas profissões, em comparação com os ofícios, tem seu resultado mais importante na *criação* e *extensão* do discurso, das disciplinas e dos campos - o corpo de conhecimentos e qualificações da profissão. O fato de que o corpo docente nas escolas de profissões possa se dedicar tanto ao ensino como à pesquisa e ao estudo melhora grandemente a capacidade de uma profissão para justificar, adaptar e expandir sua jurisdição diante da competição de outras ocupações, bem como da crescente sofisticação da população leiga e dos avanços tecnológicos e administrativos na racionalização.

Os ofícios tentaram preservar o controle sobre seu trabalho, procurando manter segredo acerca de seu corpo de qualificações e conhecimentos especializados, ensinando apenas aos admitidos no aprendizado e realizando greves e manifestações. Nenhum desses métodos de controlar a prática das qualificações e os termos de seu emprego é tão efetivo como o método viabilizado pelo ensino das profissões. Um corpo docente com dedicação integral tem tempo livre para refinar, revisar e codificar o corpo de conhecimentos e qualificações recebido, bem como para descobrir e criar novos elementos. Além disso, uma vez que o corpo docente se apóia em um mercado acadêmico, e não comercial, ele se isola das demandas práticas do mundo cotidiano e é livre para se engajar em pesquisa “pura” ou “básica”, ou em investigações e raciocínios sem relevância imediata para os problemas cotidianos. Isso pode levar ao desenvolvimento de novas formas de

conhecimento e qualificação, bem diferentes das antigas, bem como à especulação e ao pensamento conduzindo a avaliações profundamente críticas do *statu quo*.

O que sustenta esse privilégio de independência diante das práticas de mercado rotineiras é a associação do ensino profissional diferenciado com as instituições usualmente chamadas universidades. Não por acaso, em inglês se diz com frequência que as universidades oferecem educação “superior”. Seus programas educacionais são literalmente superiores, no sentido de terciários ou avançados, posteriores aos programas de ensino primário e secundário, mas isso vale também para o ensino técnico. A educação universitária é superior em um sentido cultural mais importante, pois, ao contrário das escolas e dos institutos técnicos, está associada com valores e preocupações da alta civilização. Relaciona-se com o que Max Weber, ao falar dos literatos chineses, denominou “pedagogia da cultura” (Weber, 1946, pp. 416-44; ver Grieder, 1981, pp. 1-47) e oferece a seus alunos o ingresso em uma classe educada, mais que à mera proficiência técnica. Como notou Bourdieu, o que os economistas chamam “capital humano” é nesse caso composto tanto de elementos culturais como vocacionais, enquanto o ensino técnico avançado provê somente o último. Mais do que isso, o vínculo entre treinamento da profissão e educação superior fornece parte da justificação ideológica para a pesquisa pura ou básica e para a busca de idéias, independentemente do mundo prático do comércio e da política. Não devemos superestimar essa independência, pois as próprias origens da educação superior formal se encontram no serviço do soberano e da classe dirigente e as universidades ainda dependem de seu apoio. Mas não devemos ignorar essa possibilidade.

Finalmente, devo notar que, assim como a reserva de mercado de trabalho controlada ocupacionalmente introduz relações estratificadas na organização da profissão, o mesmo ocorre com o controle ocupacional do ensino vocacional. Em teoria, a forma tradicional de treinamento para o ofício produz a mínima distinção entre mestre e aprendiz, dividindo os membros dos ofícios de acordo com a competência e a antiguidade atribuídas. Tal divisão é mais aguçada nas profissões, pois alguns membros ocupam uma posição institucionalizada de autoridade cognitiva e não necessitam se envolver na prática. Eles não apenas ensinam o corpo recebido de conhecimentos e qualificações aos profissionais, mas também estabelecem os padrões pelos quais estes podem ser julgados com autoridade. Como eles próprios não estão profundamente imersos nas muitas contingências da prática, os padrões que promulgam tendem a ser diferentes daqueles estabelecidos pelos profissionais para satisfazer seus consumidores e conseguir resultados dentro dos limites objetivos e flutuantes do tempo e do espaço. Com efeito, os profissionais tendem a considerar os padrões acadêmicos e científicos como irremediável e injustamente pouco práticos, ressentindo-se contra os que os formulam e promulgam. O ensino das profissões cria assim uma aguda e problemática divisão entre profissionais e autoridades acadêmicas, criando uma classe cognitiva no seio da profissão.

Tudo o que discuti até aqui deixa obviamente de lado muitas das características que outros autores examinaram em alguma extensão por exemplo, as associações profissionais e os códigos de ética. Isso, porém, é proposital, pois assumo que o profissionalismo, como qualquer forma de trabalho, não pode existir sem um fundamento econômico viável, e este é fornecido pelas instituições fundamentais que acabei de discutir. Estas são as instituições típico-ideais do profissionalismo. Mas o tipo ideal nada nos diz sobre as condições sob as quais suas instituições podem ser estabelecidas e mantidas ao longo do tempo, ou por que suas formas empiricamente imperfeitas variam de uma circunstância histórica e nacional para outra. Para fazê-lo, precisamos examinar o papel de instituições como o Estado e a associação profissional, bem como considerar a influência tanto da ideologia como da substância dos campos ou disciplinas das diferentes profissões. É pela análise da variação nesses fatores que nos tornamos aptos a entender a variação efetivamente alcançada pelas ocupações históricas no grau de profissionalismo e no poder do seu discurso.

A variável mais importante para o profissionalismo é o Estado. O único recurso intrínseco a uma ocupação é seu corpo de conhecimentos e qualificações, e, embora este possa ser chamado de capital humano e cultural, certamente não tem o poder do capital econômico ou político. As instituições do profissionalismo não podem ser estabelecidas ou mantidas sem o exercício do poder do Estado, pois o controle ocupacional da própria divisão do trabalho, do próprio mercado de trabalho e do modo de ensino vai contra o interesse tanto dos consumidores individuais como das empresas.

A questão é: que tipo de Estado tende a apoiar a criação de um campo de trabalho ocupacionalmente controlado, como tal apoio será fornecido e que papel as profissões desempenharão nesse processo. Nem todos os Estados organizam seus negócios da mesma forma, ou são guiados pelas mesmas políticas. Na literatura comparada sobre o Estado, que tem crescido rapidamente nos últimos dez anos, várias tipologias foram sugeridas mas, para meus propósitos, as distinções defendidas pelo professor de direito Mirjan Damaska (1986) parecem mais úteis. Seu trabalho sugere quatro tipos estatais, diferenciados ao longo de duas dimensões. Uma delas é a forma em que os ministérios e órgãos do Estado se organizam para implantar as políticas estatais: o modo *hierárquico* diz respeito à burocracia racional-legal; o modo *coordenativo*, a uma estrutura simples e plana (isto é, não-hierárquica), ocupada por amadores transitórios. A outra dimensão é a política ampla, que guia o exercício dos poderes estatais: a política *reativa* permite que a maioria dos assuntos seja organizada e administrada por membros individuais e grupos organizados da sociedade civil; a política *ativista* é aquela em que o Estado impõe sua própria visão do que é desejável à sociedade civil, desencorajando, quando não suprimindo, todos os grupos civis que se acredita não subscreverem essa visão. A combinação dessas dimensões produz quatro tipos de Estado - coordenativo/reativo, hierárquico/reativo, hierárquico/ativista e coordenativo/ativista. Uma vez que pequena parte da literatura sobre profissões tentou conceituar a relação entre Estado e profissionalismo, e como esta é de importância crítica, vale discutir as conseqüências de cada tipo de Estado para o profissionalismo.

Minha análise sugere que as instituições do profissionalismo podem ser estabelecidas em mais de uma forma, dependendo da variação na organização e na política do Estado. Em um Estado *coordenativo-reativo*, por exemplo, como o Estado é passivo, as associações profissionais autoorganizadas desempenham um papel essencial por si próprias, quando negociam uma divisão do trabalho com outras ocupações, criam reservas no mercado de trabalho e estabelecem escolas para a criação de credenciais. Os órgãos estatais restringem suas atividades à resolução de disputas que não podem ser resolvidas

privadamente e, uma vez convencidas de sua conveniência, à implantação de divisões de trabalho e mercados de trabalho e treinamento controlados ocupacionalmente.

QUADRO
AGENTES DE POLÍTICAS SEGUNDO AS VARIAÇÕES
NA IMPLEMENTAÇÃO E ORIENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTATAL

Orientação política	Hierarquia	Coordenativo
Reativo	A burocracia serve como agente de grupos de interesse civis.	Grupos de interesse civis formulam e implementam políticas.
Ativista	A burocracia formula e implementa as políticas do Estado.	Grupos aprovados pelo Estado formulam e implementam políticas.

Fonte: Baseado em Damaška, 1986.

Quando o Estado é de um tipo diverso, contudo, não creio que as associações profissionais independentes sejam essenciais para estabelecer as instituições do profissionalismo. No caso do Estado *hierárquico-reativo*, podemos imaginar um órgão estatal formulando e administrando por si próprio o status, as jurisdições, as reservas de mercado e os programas de treinamento da força de trabalho. Ele pode fazê-lo com base em recomendações de uma associação profissional independente, simplesmente fundando e administrando instituições profissionais. Mas é também possível conceber um procedimento bastante diverso - em que o pessoal profissionalmente qualificado de um órgão estatal assume a criação e administração dessas instituições *em nome de* uma profissão, em vez de seguir a vontade expressa explicitamente por uma associação profissional. Ao fazer isso, pode consultar os representantes de uma associação, ou os membros destacados e autorizados de uma profissão. Ou o Estado pode decidir criar um arranjo corporativo, no qual seleciona uma associação para representar a profissão em seu conjunto, atraindo-a para negociações obrigatórias em nome de seus membros.

Na medida em que o corporativismo é empregado como método para estabelecer e manter as instituições do profissionalismo, em um Estado hierárquico-reativo ele constituirá aquilo que Schmitter (1979) chama "corporativismo societal".

Em um Estado hierárquico-ativista, por outro lado, constituiria o "corporativismo estatal", a associação participante aparecendo como uma criatura da política estatal, que não pode expressar outra posição senão a aprovada pelo Estado. Nenhuma associação verdadeiramente independente é autorizada a representar a profissão nesse tipo de Estado, mas seria um erro supor que o profissionalismo não pode existir. Embora o *conteúdo* de suas instituições possa diferir um pouco daquele de outros tipos de Estado por exemplo, a posição oficial de uma profissão na força de trabalho e a ênfase dos currículos das escolas de profissões nas prioridades do Estado -, podemos supor que a substância *técnica* básica do corpo especializado de conhecimento e qualificação de uma profissão permanece intacto. Ao contrário de certos autores que analisaram as profissões na antiga União Soviética e na Alemanha nazista, não considero que elas tenham sido desprofissionalizadas apenas por não serem independentes do Estado e de suas políticas ativistas. Para argumentar nesse sentido, seria necessário acrescentar algo mais do que o controle sobre um corpo de conhecimento e qualificação a nosso conceito de profissionalismo. Mais adiante, procurarei fazer justamente isso.

Finalmente, devo mencionar o Estado *coordenativo-ativista*, que tenta evitar o uso do planejamento centralizado e da administração burocrática organizada, mas continua dedicado a realizar sua visão mobilizando a sociedade civil. Não estou seguro acerca de o que pensar sobre esse tipo de Estado, mas me inclino no momento a defender que sua natureza "coordenativa", ao lado de seu ativismo, o torna hostil à própria idéia de status privilegiado para a qualificação técnica e que ele não apoiará o estabelecimento do profissionalismo.

Devo salientar que questioneei o pressuposto comum de que as associações profissionais são sempre necessárias para o *estabelecimento* do profissionalismo. Faço isso com base na história, pois na Europa, em épocas em que as associações não existiam, vemos soberanos como Pedro, o Grande, da Rússia, e Frederico, o Grande, da Prússia, estabelecerem programas profissionais nas universidades, assim como reservas de mercado de trabalho sob a forma de cargos no serviço público para seus graduandos. Foi esse o caso também na Alemanha do século XIX, quando foram criadas muitas daquelas que Siegrist (1990) denominou "profissões de Estado". As circunstâncias são diferentes, contudo, quando se trata de reformar ou adaptar o profissionalismo *estabelecido*. Uma vez que isso ocorre, é conveniente, senão essencial,

para o Estado, a presença de uma associação organizada, tanto para representar os profissionais como para fornecer uma fonte autorizada para o corpo especializado de conhecimento e qualificação com o qual se identificam.

Mas, mesmo então, se deve lembrar que associação não é sinônimo de profissão. Uma associação é composta de todo o corpo de seus profissionais e, como registrei anteriormente, o próprio estabelecimento do profissionalismo cria uma estratificação por meio da autoridade cognitiva e administrativa, bem como uma diferenciação por especialização, arranjos práticos e coisas do gênero. Esse complexo de diferenças entre os membros significa que uma associação verdadeiramente representativa raramente pode atingir um consenso, a não ser nas questões mais gerais. Além disso, uma profissão inclui membros que podem conquistar grande influência política e intelectual, enquanto indivíduos inteiramente independentes das associações, e que podem não representar em absoluto as visões do conjunto. Essa diferenciação interna das profissões confere ao Estado uma ampla margem de manobra na escolha de posições compartilhadas por membros ou segmentos diferentes de uma profissão, todos eles legitimamente “profissionais”. É possível supor que o Estado decidirá apoiar as posições compatíveis com suas políticas.

Ideologias e valores

Aquilo que denominei orientação das políticas do Estado também se pode chamar ideologia do Estado. Esse é mais explicitamente o caso do Estado ativista, mas também vale para o Estado reativo, que pode ser guiado, por exemplo, por uma ideologia de *laissez-faire*, ou anarco-sindicalista. O processo de estabelecimento e manutenção do profissionalismo é, com efeito, permeado pelo conflito ideológico (5) e requer, para seu sucesso, a neutralização de uma série de ideologias hostis. Essas questões são demasiado complexas para serem tratadas brevemente, razão pela qual examinarei aqui somente as ideologias que cercam a avaliação da qualificação e da especialização.

Talvez o expoente mais importante da especialização nos tempos modernos seja Adam Smith, que considerava a especialização, ou “divisão do trabalho”, uma das duas principais fontes de aprimoramento do padrão de vida, ou da riqueza das nações. Ele louvou as conseqüências produtivas da especialização, não apenas no caso da especialização mecânica envolvida na fabricação de alfinetes, mas também no exemplo das especializações criteriosas dos ofícios, ou dos “artífices” e dos negócios intelectuais como “filosofia ou especulação”. Mas embora louvasse o valor da especialização em geral, reconhecia o lado obscuro das especializações mecânicas: a pessoa que gasta sua vida inteira de trabalho em tal tarefa “se torna geralmente tão estúpida e ignorante quanto é possível para uma criatura humana”. É importante lembrar, contudo, que Smith não parecia pensar que a especialização em outros tipos de trabalho na filosofia, por exemplo, ou na medicina - fosse igualmente destrutiva. Karl Marx, por sua vez, concordava com Smith quanto aos efeitos especialmente destrutivos da especialização mecânica sobre os trabalhadores, mas ia mais longe ao defender que a dedicação integral a *qualquer* especialização, não importa quão desafiante, impede o cultivo do pleno e multifacetado potencial intrínseco à humanidade. No seu estilo caracteristicamente polêmico, ele argumentava que a especialização produz um tipo de “idiotia de ofício”, quer a pessoa se especialize em fazer cabeças de alfinete ou sociologia.

O ideal subjacente expresso por Marx é o do homem que cultiva uma série de qualificações (ver Ollman, 1976/77). No Ocidente, a fonte desse ideal foram os filósofos gregos, que salientavam o valor de um amplo espectro de conhecimentos para os cidadãos privilegiados da polis, enquanto denegriam as qualificações especializadas (e manuais) dos ofícios. Tal ideal se relaciona estreitamente com um conjunto de concepções históricas sobre educação, expressas por termos como “aprendizado humanístico” ou “educação liberal”, na Inglaterra e nos Estados Unidos, *Bildung* na Alemanha e, talvez, *nauk* na Rússia. Implícita neles está a idéia de que os especialistas carecem da perspectiva necessária para tratar de questões que extrapolam seu campo e, nas palavras do filósofo Whitehead (1963), a especialização produz “a restrição do pensamento sério a uma trilha. O restante da vida é tratado com superficialidade, com as categorias imperfeitas de pensamento derivadas de uma profissão”.

Basta avançar um passo para propor, como o fez o socialista inglês Harold Laski (1931), a tradicional visão “cavalheiresca” do servidor público britânico do século XIX, de que os especialistas não são aptos a governar porque lhes faltam pontos de vista amplamente informados e conhecimento abrangente. Tais qualidades advêm de uma educação que não transmite apenas informação e técnica, mas, de forma ainda mais importante, os gostos, as idéias gerais e as teorias propostas pelos grandes pensadores, moralistas e artistas do passado. Uma educação desse tipo produz gente culta e preparada para enfrentar flexível e inteligentemente uma variedade de problemas - pessoas em certo sentido amadoras, mais generalistas do que especialistas. Como argumenta Suleiman (1977, p. 41) ao discutir o mito da qualificação técnica que cerca os graduados das *grandes écoles* da França, “aos corpos se atribui instilarem, tanto quanto possível, uma capacidade geral de apreender qualquer problema, uma qualidade considerada essencial para a liderança”.

Essas concepções do generalismo culto e avançado são importantes para o profissionalismo de duas formas bem distintas. Representam acima de tudo um argumento *contra* permitir aos especialistas técnicos que tenham liberdade para controlar seu trabalho, deixando de lado as políticas estatais, como tecnocratas: na medida em que se rotula os profissionais como meros especialistas técnicos, eles tendem a receber pouca autonomia, ou autoridade além dos confins de sua especialidade. Por outro lado, essas concepções explicam em parte por que o profissionalismo típico-ideal se contrapõe a tal ideologia, exigindo que os “estudos liberais” precedam o treinamento vocacional e que suas escolas vocacionais sejam associadas a universidades, sedes da cultura e do aprendizado superior. Quando idéias gerais e alta cultura são um pré-requisito para o ensino das profissões e quando a própria instrução enfatiza conceitos e teorias abstratos, pode-se reivindicar plausivelmente um tipo de especialização capaz da flexibilidade, da profundidade e da visão requeridas pelo trabalho criterioso, que não é meramente técnico, sendo portador de autoridade tanto técnica como cultural.

A ideologia do generalismo cultivado não é a única inimiga que o profissionalismo deve cooptar ou neutralizar. Também o são as ideologias da economia liberal e do comunismo, ambas as quais, de formas diferentes, se opõem à garantia de status privilegiado para a qualificação técnica, por mais temperada e aprofundada que seja por uma educação liberal. Embora de modos diversos, ambas defendem que, na medida em que os seres humanos se comprometem com alguma meta,

seja o ganho material ou a criação de uma nova sociedade -, eles são capazes de atingir esse fim sem depender de especialistas. Suas capacidades humanas intrínsecas, mobilizadas pelo auto-interesse, pelo amor aos companheiros, ou pelo compromisso com uma grande causa, são tudo o que se precisa para assegurar o Grande Salto Adiante, seja no sentido da promessa capitalista da Opulência Universal, seja da promessa do Manifesto de Igualdade Universal. Outra ideologia bastante diferente, mas também hostil, pode ser chamada de gerencialismo. Seu pressuposto é que as metas produtivas são mais bem atingidas pela eliminação das conseqüências imprevisíveis do critério, por meio do uso da autoridade gerencial que racionaliza as tarefas, as organiza por meio de regras formais, e supervisiona cuidadosamente seu desempenho.

Os defensores do profissionalismo tentam neutralizar as ideologias hostis de várias maneiras. É um truismo na literatura que atribuem a seu trabalho uma importância crítica para o bem - seja do público mais amplo, seja de uma elite relevante - e que somente considerem sua execução confiável e satisfatória se for por aqueles com um tipo específico de treinamento. Alegam também que enfrentam problemas tão complexos e esotéricos que não podem ser deixados ao arbítrio dos leigos: apenas os membros autorizados da profissão podem escolher o que convém aos leigos. Tal é a ideologia básica da especialidade. Entretanto, ela não pode ter sucesso sem se associar a uma ideologia do serviço, pois restringir o mercado aos credenciados deixa os consumidores vulneráveis à exploração. O monopólio garantido por uma reserva de mercado de trabalho pode ser usado para defender os interesses econômicos da ocupação protegida, embora não forneça garantia de trabalho adequado. Da mesma forma, a *confiança* na profissão também deve ser criada. Muitos autores notaram os artifícios retóricos e institucionais destinados a criar essa confiança proclamações do compromisso em servir, mais do que a busca da melhoria pessoal, que Karpik (1989) analisou recentemente como o caráter desinteressado, os juramentos formais de serviço prestados no momento de ingresso nas profissões, os códigos de ética e a formação de conselhos profissionais para vigiar o desempenho e os desvios da disciplina, quando necessário.

Talvez mais importante que esses artifícios para estabelecer o profissionalismo como forma muito especial de qualificação seja a alegação de *independência* diante da clientela imediata ou dos patrões. Os especialistas meramente técnicos são aqueles que fazem uso especializado de seu conhecimento e de sua qualificação para qualquer fim, servindo a quem quer que tenha o poder ou o capital para contratá-los. São *condottieri*, *free-lances* ou “mercenários”, desprovidos de valores próprios, exceto o de fazer com perícia seu trabalho. Em contraste, parte da defesa que o profissionalismo faz de seu status especial inclui a alegação de compromisso com algum valor *transcendente*: Verdade, Beleza, Esclarecimento, Justiça, Salvação, Saúde ou Prosperidade. Esse compromisso, reforçado pela associação entre instrução e aprendizado superior, pode ser invocado para justificar uma postura independente e mesmo oposta às demandas de um regime ou de um cliente específicos. (6)

Sintomaticamente, é apenas quando tomamos essas alegações a sério e esperamos dos profissionais que sirvam a algum valor transcendente em vez de apenas executar o trabalho solicitado por seus patrões imediatos - que podemos dizer que as profissões leais a Estados ativistas como a Alemanha nazista e a União Soviética eram “desprofissionalizadas”.

Variação em conhecimento e qualificação

A última variável criticamente relacionada com o processo de estabelecimento e manutenção das instituições do profissionalismo nos traz de volta ao ponto em que comecei - ao corpo de conhecimentos e qualificações sobre o qual uma ocupação reivindica jurisdição. Neste ponto de minha análise, entretanto, em vez das propriedades abstratas de conhecimento e qualificação, é sua *substância concreta* que passa ao primeiro plano: as diferenças substantivas entre várias disciplinas. Vários autores, entre os quais se destacam Larson (1977) e Abbott (1988), discutiram como a variação das diferentes profissões e as circunstâncias sociais e econômicas em que seu conhecimento pode ser praticado têm importante relação com a extensão em que podem exercer independência do controle pelos consumidores, do capital e mesmo do Estado.

Halliday (1987, pp. 28-55) conceituou essa questão como o problema de as profissões conquistarem o que ele chama “mandato de conhecimento”. Este representa a capacidade de uma profissão “exercer influência em virtude da substância, forma, transmissão, eficácia, objetos e legitimidade de seu núcleo cognitivo. Trata-se de uma permissão epistemológica de influência pública (...) mediada pela política ocupacional e organizacional” (p. 29). Tal propriedade é condicionada pela variação, em primeiro lugar, na *base epistemológica* do corpo de conhecimentos e qualificações de uma disciplina (isto é, se ela tem fundamento científico ou normativo); em segundo, na *esfera* de sua autoridade (isto é, se tem autoridade técnica, moral ou, eu acrescentaria, cultural); e em terceiro, nas suas *esferas institucionais* nas quais pode ser praticada (isto é, se a disciplina é praticada nos tribunais, hospitais, universidades ou indústrias, por exemplo, e se os seus membros são empregados ou autônomos).

As distinções de Halliday nos permitem relacionar nosso conhecimento de um campo ou disciplina às condições materiais necessárias à sua prática lucrativa. Com elas podemos analisar sistematicamente a interação entre a variação no *conhecimento substantivo* de vários campos ou disciplinas (todos os quais devem ser especializações teoricamente fundamentadas e criteriosas), e a variação nos *agentes econômicos e políticos* que têm o poder de determinar se as disciplinas serão ou não capazes de controlar e organizar a divisão do trabalho e o mercado de trabalho em que operam. Se, como é o caso dos engenheiros na maioria das nações capitalistas, eles trabalham em empresas particulares voltadas para a produção de bens lucrativos, podemos entender por que os limites jurisdicionais de seu trabalho não são estáveis, a divisão do trabalho na qual operam é fragmentada, e suas reservas de mercado de trabalho são incompletas. Embora suas disciplinas tenham a autoridade de um fundamento científico, eles podem reclamar uma autoridade técnica apenas restrita e, não tendo laços de prestação de serviço com o público, não podem mobilizar apoio externo a seu local de trabalho. O grau de profissionalismo que lhes é permitido, portanto, é quase inteiramente uma função da equipe executiva das empresas privadas ou públicas que os empregam.

A engenharia é um exemplo muito útil para esse tipo de análise porque, tal como a enfermagem, suas disciplinas são em certo sentido derivadas e não podem alegar convincentemente independência baseada em seu próprio fim

transcendente, como no caso da ciência e, nesse aspecto, da pesquisa acadêmica. Está fadada a servir aos propósitos práticos seja dos empreendedores privados, seja do Estado, e sua avaliação desses alvos se limita a estimar sua viabilidade. É diferente o que ocorre com a medicina, cuja disciplina é também derivada e parcialmente baseada no conhecimento científico, mas que pode reivindicar o fim transcendente e quase infinitamente ampliável da saúde e do alívio da dor, de grande importância para o público em geral. Além disso, ela serve diretamente aos indivíduos desse público, e não às empresas. Embora, em algumas nações, seus membros possam em última instância depender do Estado, ou do capital privado, para viver - como é cada vez mais o caso nos Estados Unidos de hoje -, suas relações com o público tendem a fornecer o apoio político que falta aos engenheiros.

Recapitulação

Em suma, quero lembrar que meu intuito aqui era esboçar o quadro de referência completo de uma teoria que especifique tanto os tópicos como as questões teóricas que uma análise sistemática das profissões deve enfrentar. Além disso, tentei mostrar como esses tópicos se relacionam entre si e por que a análise deve tratar de questões tanto da sociologia do trabalho como da sociologia do conhecimento. Meu tipo ideal consiste dos seguintes componentes:

- Uma ocupação que empregue um corpo especializado de conhecimentos e qualificações, e que seja desempenhada para a subsistência em um mercado de trabalho formal, gozando de status oficial e público relativamente alto e considerada não só de caráter criterioso, como fundamentada em conceitos e teorias abstratos.
- Jurisdição sobre um corpo especializado de conhecimentos e qualificações em uma divisão do trabalho específica, organizada e controlada pelas ocupações participantes.
- Controle ocupacional da prática desse corpo de conhecimentos e qualificações no mercado de trabalho (seja uma universidade ou uma empresa), por meio de uma reserva que exija que apenas os membros adequadamente credenciados possam executar as tarefas sobre as quais têm jurisdição e também supervisionar e avaliar seu desempenho. Estes últimos servem como a *classe administrativa* da profissão.
- A credencial utilizada para amparar sua reserva de mercado de trabalho é criada por um programa de treinamento que se desenrola fora do mercado de trabalho, em escolas associadas a universidades. O currículo de ensino é estabelecido, controlado e transmitido por membros da profissão que agem como corpo docente em tempo integral, atuando pouco ou nada no mercado de trabalho cotidiano. O corpo docente serve como *classe cognitiva* da profissão.

Tais elementos são especificados em sua forma típica ideal. É variável o *grau* em que a plena conformidade a essa forma é empiricamente possível para uma ocupação; e pelo menos parte do *conteúdo* ou substância de seu status oficial de força de trabalho, jurisdição, posição no mercado de trabalho e instituições de ensino deve variar, levando em consideração:

- o tipo de Estado e o conteúdo de suas políticas;
- a composição e a organização da profissão;
- as ideologias esposadas e defendidas por Estado, profissão, público, capital privado e outras partes interessadas;
- o corpo particular de conhecimento e qualificação de uma disciplina, sua autoridade científica, moral ou cultural e as instituições em que é praticada.

A utilidade do quadro de referência

Concluindo, gostaria de lembrar que minha intenção aqui foi esboçar o quadro completo de uma teoria que especifica os tópicos e as questões teóricas a serem enfrentadas por uma análise sistemática das profissões. Além disso, procurei mostrar como esses tópicos interagem uns com os outros, acreditando que isso nos ajude a entender como e por que a posição de diferentes profissões e seus corpos de conhecimento e qualificação variam em diferentes tempos e espaços. Tive que fazê-lo muito brevemente e, com frequência, de modo demasiado abstrato, mas espero ter sido de alguma forma claro. Não obstante, muitos podem ainda perguntar: “Por que afinal se preocupar com o estudo das profissões?” Além de fornecer alguma orientação para os que as estudam, qual a contribuição desse quadro analítico para empreendimentos teóricos mais amplos?

Iniciei este texto salientando que uma proporção crescente da força de trabalho de todas as nações industrializadas se compõe daqueles que só frouxamente podem ser chamados de profissionais pessoas com uma educação vocacional relacionada com as universidades, o que as dota de um acesso exclusivo a muitos empregos de classe média. A maior parte de seus empregos não está diretamente ligada ao segmento comercial da economia, embora alguns o sirvam. Em vez disso, muitos profissionais trabalham em *instituições* legais, médicas, penais, educacionais e de bemestar social, alguns no estabelecimento e na implementação de políticas estatais, outros em pesquisa, estudo e produção científica, ou administrando organizações, e outros ainda provêm serviços a indivíduos e organizações. Nós, sociólogos, estamos entre eles, assim como, de formas diversas, aqueles que chamamos intelectuais (Freidson, 1986a, pp. 10-16 e 230), artistas (Freidson, 1986b e 1994b) e jornalistas, embora cada um destes realize o tipo ideal em graus bastante diversos, em diferentes tempos e espaços. Os profissionais são aquelas pessoas que criam, expõem e aplicam aos assuntos humanos o discurso de disciplinas, campos, corpos demarcados de conhecimento e qualificação. Esse é seu trabalho, que não pode ser desempenhado sem instituições que lhes garantam apoio econômico, poder e organização. Meu quadro de referência procura fornecer os recursos analíticos que tornam possível mostrar como as disciplinas, os campos ou os corpos de conhecimento e qualificação podem *existir* enquanto empreendimentos sociais, bem como traçar as fontes de variação em poder e autonomia que possam ter em diferentes espaços e tempos. Ao fazê-lo, ele relaciona as idéias à fundação material, sem a qual teriam pouco poder.

(*) Versão revista de trabalho apresentado no 19º Encontro Anual da ANPOCS em Caxambu, MG, em 19 de outubro de 1995.

1. A tradução enfrenta aqui uma dificuldade, pois no Brasil se costuma usar o termo *profissionalizante* justamente para designar o treinamento para empregos que não exigem formação superior. Assim, o uso da distinção entre as palavras “ofício” e “profissão” visa manter a oposição crucial do texto entre “profissão” pura e simples e “profissão liberal” [NT].
2. O comportamento *inteiramente* criterioso é com frequência mera ficção. Ver as análises da forma pela qual o contexto social e administrativo da tomada de decisões cria rotinas para o exercício do critério em Hawkins, 1992.
3. Uma versão anterior, porém mais ampla, dessa discussão pode ser encontrada em Freidson, 1994x, pp. 49-60.
4. Para uma versão anterior e mais longa desse assunto, ver Freidson, op. cit., pp. 75-91.
5. Para uma discussão anterior sobre algumas ideologias relevantes, ver Freidson, op. cit., pp. 149-98.
6. A distinção sugerida por Brint (1994) entre “profissionalismo depositário do social” e “profissionalismo de especialização” contrapõe à ideologia profissional a ideologia de serviço, de profissionais cuja sustentação pública e estatal foi seriamente debilitada e que podem estar a caminho de se tornar meros especialistas técnicos, ainda que de alta condição social e com bons salários.

BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, Andrew. (1988), *The System of Professions*. Chicago, University of Chicago Press.
- BRINT, Steven. (1994), *In an Age of Experts.- The Changing Role of Professionals in Politics and Public Life*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- DAMASKA, Mirjan R. (1986), *The faces of Justice and State Authority: A Comparative Approach to the Legal Process*. New Haven, Yale University Press.
- FREIDSON, Eliot. (1986a), “Les professions artistiques comme défi à l’analyse sociologique”. *Revue Française de Sociologia*, 27: 431-43.
- _____. (1986b), *Professional Powers. A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge*. Chicago, Chicago University Press.
- _____. (1994a), *Professionalism Reborn. Theory, Prophecy, and Policy*. Chicago, Chicago University Press.
- _____. (1994b), “Pourquoi l’art ne peut être une profession”, in P. M. Menger & J. Passeron (orgs.), *L’art de la recherche. Essais en l’honneur de Raymonde Moulin*. Paris, La Documentation Française, 117-35.
- GRIEDER, J.B. (1981), *Intellectuals and the State in Modern China. A Narrative History*. Nova York, Free Press.
- HALLIDAY, Terence.C. (1987), *Beyond Monopoly. Lawyers, State Crises, and Professional Empowerment*. Chicago, Chicago University Press.
- HAWKINS, K. (org.). (1992), *The Uses of Discretion*. Oxford, Clarendon Press.
- KARPIK, Lucien. (1989), “Le désintéressement”. *Annale. Economies Sociétés Civilizations* 3: 733-51.
- LARSON, Magali Sarfatti. (1977), *The Rise of Professionalism: A Sociological Analysis*. Berkeley, University of California Press.
- LASKI, Harold L. (1931), “The Limitations of the Expert”, *Fabian Tract*, 235. Londres.
- LEVINE, P (1986), *The Amatezzr and the Professional: Antiquarians, Historians and Archaeologists in Victorian England, 1838-1886*. Cambridge, Cambridge University Press.
- OLLMAN, B. (1976/77), “Marx’s Vision of Communism: a Reconstruction”. *Critique*, 7: 778.
- SCHMITTER, Philippe C. (1979), “Still the Century of Corporatism?”, in P.C. Schmitter & G. Lehmbruch (orgs.), *Trends Toward Corporatist Intermediation*, pp. 7-52. Londres, Sage Publications.
- SIEGRIST, H. (1990), “Professionalization as a Process: Patterns, Progression and Discontinuity”, in M. Burrage & R. Torstendahl (orgs.), *Profession, Theory and History. Rethinking the Study of the Professions*, pp. 177-202. Londres, Sage Publications.
- SPENCE, A. Michael. (1974), *Market Signczzling: Informational Transfer in Hiring, and Related Screening Processes*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- SULEIMAN, Ezra N. (1977), “The Myth of Technical Expertise. Selection, Organization, and Leadership”. *Conzpaczztive Politics*, 10: 137-58.
- WEBER, Max (1946), “The Chinese Literati”, in H.H. Gerth & C. W. Mills (orgs.), *From Max Weber: Essays in Sociology*, 416-44. Nova York, Oxford University Press.
- WHITEHEAD, Alfred North. (1963), *Science in the Modern World*. Nova York, Mentor Books.

Tradução:

João Roberto Martins Filho

Revisão da tradução:

Leonardo G. Mello e Silva